

Cartagena começa a discutir o Plano Baker

As 10h30 desta manhã começa no Palácio de Convenções da Municipalidade de Montevideu a quarta reunião do Consenso de Cartagena. A primeira delas se realizou, como seu nome o recorda, na Colômbia, no porto de Cartagena, em meados de 1984. A segunda foi realizada no mês de setembro na cidade de Mar del Plata, na Argentina; a terceira, em Porto Rico, e a quarta é a que hoje começa na capital do Uruguai.

A imprensa nacional publica manchetes como: "Consenso de Cartagena, caminho para o desenvolvimento", com otimismo. É provável que os chanceleres e ministros de Economia de 11 países que hoje comecem suas reuniões tenham metas menos ambiciosas e mais concretas.

"Nossa preocupação é ajustar uma posição homogênea em face da proposta específica feita pelos Estados Unidos a respeito da dívida externa como o Plano Baker", confidenciou ao JT um integrante da delegação argentina.

Em termos gerais, ao inaugurar-se a quarta conferência do Consenso de Cartagena, há a impressão de que existem canais múltiplos de diálogo fluente entre as principais delegações, de modo que conseguir a homogeneidade de uma proposta única não deveria ser tarefa difícil.

O Plano Baker foi definido em Foz de Iguaçu como "insuficiente"

pelo presidente José Sarney. E a qualificação tem tido êxito. Há consenso de que aquele plano é um passo adiante na medida em que aceita a interpretação dos devedores de que as forças econômicas sozinhas são insuficientes para resolver o problema da dívida externa. E, portanto, se requer uma operação conjunta de credores e devedores, que tenha em conta os aspectos políticos da questão.

Contudo, a partir dessa primeira concordância, ainda não se vislumbra em Montevideu qual pode ser a proposta concreta que responda ao Plano Baker, e que vá mais além de simplesmente considerá-la insuficiente.

Reunião de cúpula?

A imprensa argentina arriscaba ontem a idéia de uma reunião de cúpula de presidentes latino-americanos para discutir esse problema. Segundo essa informação, em meados do ano se realizaria "em algum país do Continente" essa reunião de presidentes.

O JT indagou a esse respeito auxiliares do presidente Raúl Alfonsín, e a resposta foi coincidente: "Não existe no momento necessidade de convocar tal reunião. Alfonsín estima que existem outros mecanismos não esgotados, aos quais se deve recorrer, antes de convocar uma reunião presidencial. É melhor que as comissões prévias de técni-

cos esgotem os caminhos a percorrer, antes de uma reunião presidencial".

Todavia, e tendo em conta a extrema mobilidade do presidente argentino, deve esperar-se que durante o próximo ano ele agilize seus contatos bilaterais com os outros chefes de Estado para manter uma diplomacia telefônica com o alto nível de dinamismo que até agora vem sustentando.

No momento em que se inicia essa reunião, que terá dois dias de deliberações, não cabem dúvidas de que as delegações do Brasil, México, Argentina e Peru terão um importante peso nas discussões. As três primeiras porque seus países representam o maior volume do endividamento, e o Peru porque a posição do presidente Alan García aparece como a mais contestadora ao critério dos credores.

O ambiente geral das reuniões do Consenso de Cartagena é moderado e não explosivo. De modo que a delegação peruana em todo caso tratará de ser acompanhada em posições mais audazes, porém não chega a Montevideu disposta a sair sozinha como um Quixote enfrentando os poderosos moinhos de vento, garantiu um integrante da comissão de técnicos peruanos que está em Montevideu.

**Hugo Martinez, enviado
especial a Montevideu**